



Preço: 1 €
Classe: Geral
Data: 29.01.2015

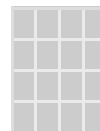
Periodicidade: Diário
Tiragem: 33 000
Página: 01



 **insigte**

Fisco.
**Provedor de
Justiça recebeu
uma queixa
por dia sobre
o IRS de 2014**

// PÁG. 22



Procedimentos das Fisco motivaram 246 queixas na Provedoria em 2014

Rodrigo Cabrita

Fisco. Provedor de Justiça recebeu uma queixa por dia sobre o IRS em 2014

Autoridade Tributária perde quase metade dos processos em tribunal. A situação melhorou mas ainda há uma atitude de grande desconfiança perante os contribuintes

MARGARIDA BON DE SOUSA
margarida.bondesousa@ionline.pt

Excluindo fins-de-semana e feriados, o provedor de Justiça recebeu uma queixa por dia de contribuintes relativamente à sua relação com a Autoridade Tributária no âmbito do IRS durante o ano passado. No total foram 246 queixas relativas a benefícios fiscais, dificuldades de pagamento, dupla tributação internacional, mais-valias imobiliárias, pagamentos em prestações, reembolsos, regime de tributação (contabilidade organizada versus regime simplificado), rendimentos reportados a anos anteriores, retenção na fonte, sobretaxa extraordinária e uniões de facto.

Embora a AT tenha melhorado muito em termos de actuação nos últimos anos, de acordo com várias fontes contactadas pelo *i*, o fisco perde quase metade

dos casos em tribunal. Contactado reiteradamente o Ministério das Finanças sobre estas questões há uma semana, este não deu qualquer resposta até à hora de fecho desta edição.

Para Luís Leon, partner da Deloitte, a parte da Autoridade Tributária que representa a antiga Direcção-Geral de Finanças continua a olhar para o contribuinte como alguém que a quer enganar. Por isso mesmo, “não aceita muitas vezes nem as reclamações nem os documentos apresentados pelos contribuintes e os casos acabam quase sempre em tribunal”. Houve uma mudança importante com a criação de um tribunal arbitral em Lisboa para este tipo de diferendos, que “reduziu substancialmente o tempo para a resolução destes conflitos: de anos para seis a nove meses em média”.

Também Serena Cabrita Neto, especialista em direito fiscal da PLMJ – Socie-

dade de Advogados, reconhece que a tendência tem sido igualitária entre ganhos e perdas dos contribuintes perante a Autoridade Tributária. Contudo, explica que as antigas falhas tradicionais do fisco, como a ausência da audiência prévia dos contribuintes ou a inexistência de notificações, têm vindo a decrescer substancialmente, dado o aperfeiçoamento dos meios informáticos, pelo que “as questões que chegam agora aos tribunais são menos formais e mais de fundo. O facto de o fisco não fundamentar bem as suas decisões é uma das causas mais comuns para perder na justiça”, explica a especialista em fiscalidade.

A litigância também tem hoje menos a ver com a fixação de impostos e mais com penhoras excessivas relativamente aos montantes em dívida, a prestação de garantias nos processos e a anulação de vendas feitas ao abrigo de execuções, e também com a restituição das verbas quando o fisco perde em tribunal, que nem sempre decorrem nos três meses estabelecidos na lei.

O ex-eurodeputado Diogo Feio, agora a trabalhar na Sérvulo & Associados, reconhece que os dados demonstram que tem havido uma evolução positiva da Autoridade Tributária, mas que a relação com os particulares ainda tem um caminho a percorrer em matéria de procedimentos. “Já foi assumida no país a cidadania fiscal, pelo que as pessoas assumem com maior naturalidade dar o número de contribuinte quando fazem uma transacção. Mas os novos meios também obrigam a um novo conjunto de regras na relação do fisco com os particulares. Se tivesse responsabilidades políticas, determinaria regras concretas de procedimentos tributários depois das alterações introduzidas no IRS e no IRC”, disse, elogiando também o novo processo de arbitragem fiscal.

Linha azul. “Não conheço a Unidade de Gestão com o Contribuinte”

O *i* não conseguiu esclarecer dúvidas fiscais no novo serviço

As Finanças criaram uma Unidade de Gestão da Relação com o Contribuinte. Um dos objectivos deste novo serviço era “estabelecer uma nova estratégia de comunicação, que permita um reforço da imagem e posicionamento junto dos contribuintes em particular e da sociedade em geral”. Mas cerca de três meses depois foi praticamente impossível encontrar o contacto do novo organismo para tentar esclarecer alguns dúvidas fiscais. Uma vez mais, o Ministério das Finanças também não soube esclarecer o *i* sobre como chegar à fala com o novo gabinete. Da linha de apoio que consta no portal da Autoridade Tributária veio uma resposta insólita: “O que é que a senhora quer tratar? Desconheço essa unidade. Mas vou ver se alguém a pode ajudar aqui.”

Vários minutos e alguma música depois, um outro departamento conseguiu o endereço electrónico: “qsc@at.gov.pt”. O *i* enviou um mail na passada quinta de manhã mas a resposta telefónica só chegou na segunda-feira, às oito e meia da noite, mas sem esclarecer onde está localizado nem os respectivos contactos. A funcionária ficou de pedir essa informação às Finanças, mas até ontem não recebemos qualquer resposta.

Entretanto, e segundo o “Económico” de ontem, os processos que envolvem os litígios entre a AT e os grandes contribuintes empatados em tribunal atingiram um novo recorde. Segundo o jornal havia 8 mil milhões de dívidas fiscais paradas nos tribunais em Dezembro de 2014. Ou seja, mais 1,2 mil milhões que o valor encontrado pela troika em 2011, quando esta pediu urgência na resolução destes casos. Actualmente existem sete juizes a tratar os 1162 processos pendentes, quatro dos quais em Lisboa. M. B. S.